



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

Apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu, relativo ao exercício de 2015

Auditorias realizadas em Portugal pelo Tribunal de Contas Europeu com a colaboração do Tribunal de Contas de Portugal

Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas de Portugal no âmbito dos recursos financeiros da União Europeia

Colaboração do Tribunal de Contas de Portugal no Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu

Índice



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

1. Auditorias do Tribunal de Contas Europeu em Portugal

- ☐ Auditoria de resultados, sobre auxílios estatais 4
- ☐ Auditoria de resultados, sobre a intervenção do FSE no domínio da educação 5
- ☐ Auditoria DAS 2015, relativa ao PO PESCAS 6
- ☐ Auditoria DAS 2015, relativa ao POFC 7
- ☐ Auditoria DAS 2015, relativa ao POVT 8
- ☐ Auditoria DAS 2015, relativa a um projeto 7 PQ 9
- ☐ Auditoria DAS 2015, relativa a um projeto PALV 10

2. Auditorias do Tribunal de Contas de Portugal, no âmbito dos recursos financeiros da União Europeia

- ☐ Auditoria ao Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida 11
- ☐ Auditoria ao Regime de Fruta Escolar 12
- ☐ Fluxos financeiros com a União Europeia 13

3. Colaboração do Tribunal de Contas de Portugal no Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu 14



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

Introdução

Os Estados-Membros da União Europeia devem gerir os recursos financeiros comunitários de acordo com os princípios da legalidade e da boa gestão. Da mesma forma deverão combater a fraude e quaisquer atividades ilegais lesivas dos interesses financeiros da União, através de medidas análogas às que tomarem internamente com o mesmo objetivo (*súmula dos § 1 e 2 do artigo 325º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*).

De acordo com o artigo 287º, nº 3 do mesmo Tratado, o controlo financeiro externo comunitário nos Estados-Membros é exercido pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE), em colaboração com as Instituições Superiores de Controlo.

Para este efeito, o Tribunal de Contas Europeu realiza auditorias diretamente nos Estados Membros, junto de qualquer pessoa singular ou coletiva beneficiária de recursos provenientes do Orçamento da UE, sendo os resultados dos controlos efetuados refletidos no **Relatório Anual** do TCE, relativo à execução do Orçamento Geral da União Europeia. Este relatório chama a atenção das instituições e do cidadão europeu para os numerosos problemas que a Comissão Europeia e as autoridades competentes dos Estados-Membros se deverão empenhar em resolver. Parte destes controlos fundamentam a **DAS - Déclaration d'Assurance**, declaração sobre a fiabilidade das contas e a regularidade e legalidade das operações a que elas se referem, que integra o relatório.

O Tribunal de Contas de Portugal, ao abrigo do nº 1 do artigo 11º da sua Lei de Organização e Processo (LOPTC), participa nas auditorias do TCE, assegurando o eficaz desenvolvimento dos procedimentos entre o TCE e as autoridades portuguesas, no âmbito do exercício do contraditório.

Para além desta colaboração, o Tribunal de Contas de Portugal, nos termos da alínea h) do nº1 do artigo 5º, conjugado com o disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 41º e ainda com o disposto no n.º 1 do artigo 50º da LOPTC, fiscaliza a comparticipação nacional nos recursos próprios comunitários e a aplicação dos recursos financeiros oriundos da União Europeia, tendo realizado, em 2014, diversas auditorias neste âmbito.

Em 2014/2015 teve início uma nova modalidade de colaboração do Tribunal de Contas de Portugal com o TCE, com o desenvolvimento de trabalho conjunto entre equipas de ambas as instituições na elaboração do Relatório Anual do TCE, mais concretamente do capítulo dedicado ao apuramento de resultados obtidos com a intervenção de fundos europeus.

Com o objetivo de ilustrar a atividade do Tribunal de Contas desenvolvida nestes três domínios em 2015 apresentam-se os seguintes resumos:

- a) Auditorias realizadas em Portugal pelo TCE, com a colaboração do Tribunal de Contas;
- b) Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas de Portugal, no âmbito dos recursos financeiros da União Europeia;
- c) Colaboração do Tribunal de Contas de Portugal no Relatório Anual do TCE.



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

Auditorias do TCE em Portugal

Auditoria de resultados sobre auxílios estatais

Objetivos

- ✓ Apreciar o modelo nacional de recolha e tratamento da informação, tendo em vista prevenir a acumulação de apoios por beneficiários e a não observância do regime de auxílios de Estado (registo “de minimis”).

Entidades auditadas/contactadas

Inspeção-Geral de Finanças

Agência para o Desenvolvimento e Coesão



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

Auditorias do TCE em Portugal

Auditoria de resultados sobre a intervenção do FSE no domínio da educação

Objetivos

- ✓ Apreciar as estratégias e os objetivos de Portugal (região Norte) para a área da educação

Entidades auditadas/contactadas

Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Potencial Humano

Direção-Geral da Educação

Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

Auditorias do TCE em Portugal

Auditoria no âmbito da DAS 2015 relativa ao Programa Operacional das Pescas 2007/2013

Objetivos

- ✓ Avaliação do sistema de gestão e controlo interno do organismo pagador
- ✓ Apreciação da legalidade e regularidade das despesas selecionadas

Entidades auditadas/contactadas

Autoridade de Gestão do Programa Operacional das Pescas

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

Auditorias do TCE em Portugal

Auditoria no âmbito da DAS 2015 respeitante ao Programa Operacional Fatores de Competitividade (POFC)

Objetivos

- ✓ Avaliação do sistema de gestão e controlo interno da Autoridade de Gestão do POFC
- ✓ Apreciação da legalidade e regularidade das despesas realizadas por beneficiários do Programa

Entidades auditadas/contactadas

Autoridade de Gestão do POFC

Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Beneficiários



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

Auditorias do TCE em Portugal

Auditoria no âmbito da DAS 2015 respeitante ao Programa Operacional Valorização do Território (POVT)

Objetivos

- ✓ Avaliação do sistema de gestão e controlo interno da Autoridade de Gestão do POVT
- ✓ Apreciação da legalidade e regularidade das despesas realizadas por beneficiários do Programa

Entidades auditadas/contactadas

Autoridade de Gestão do POVT

Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Beneficiários



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

Auditorias do TCE em Portugal

Auditoria no âmbito da DAS 2015 relativa a projetos do 7.º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

Objetivos

- ✓ Avaliação da possibilidade de deteção de erros através da realização dos controlos previstos na regulamentação
- ✓ Apreciação da legalidade e regularidade das despesas selecionadas

Entidades auditadas/contactadas

Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

Auditorias do TCE em Portugal

Auditoria no âmbito da DAS 2015 relativa a projetos do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida

Objetivos

- ✓ Apreciação do desempenho da entidade cofinanciada no âmbito do projeto analisado
- ✓ Apreciação da legalidade e da regularidade das despesas realizadas pelo beneficiário

Entidades auditadas/contactadas

Universidade Católica



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas de Portugal em 2015, no âmbito dos recursos financeiros da União Europeia

Auditoria ao Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida

Relatório de Auditoria n.º 2/2016 - 2.ª Secção

Objetivo geral

Apreciar os níveis de execução, os sistemas de informação e controlo e à contabilização dos fluxos financeiros, bem como à elegibilidade, legalidade e regularidade de um conjunto de projetos selecionados

Entidades auditadas/contactadas

Agência Nacional do Programa Erasmus+ Educação e Formação

Universidade do Porto

Município de Loures

Objetivos específicos

- ✓ Caracterizar o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida em termos de estrutura e objetivos e sua articulação com outros instrumentos;
- ✓ Appreciar se o sistema de controlo interno e os controlos instituídos eram adequados face aos riscos identificados e se se encontravam implementados no período de referência, com vista a garantir, designadamente, a legalidade e regularidade das operações, bem como a fiabilidade, integralidade e exatidão dos registos relativos aos projetos
- ✓ Analisar a atribuição dos apoios do PALV no âmbito temporal definido para a auditoria, no que respeita à execução financeira e física
- ✓ Appreciar a adequação dos procedimentos de acompanhamento e controlo da execução física e financeira dos projetos
- ✓ Verificar, através de testes substantivos, a legalidade e regularidade dos projetos integrados nas amostras selecionadas



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas de Portugal em 2015, no âmbito dos recursos financeiros da União Europeia

Auditoria ao Regime da Fruta Escolar

Relatório de Auditoria n.º 3/2016 - 2.ª Secção

Objetivo geral

Apreciação do sistema de gestão e controlo implementado, face ao modelo estabelecido na Estratégia Nacional do RFE e na legislação que lhe é aplicável, incluindo a verificação da elegibilidade dos beneficiários e das despesas, da regularidade dos pedidos de ajuda e respetivos pagamentos, bem como do âmbito e qualidade do controlo exercido

Entidades auditadas/contactadas

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

Inspeção-Geral dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Direção-Geral da Saúde

Municípios

Beneficiários dos apoios

Objetivos específicos

- ✓ Contextualizar os apoios do RFE no âmbito do FEAGA
- ✓ Apreciação do controlo interno da Unidade Gestora da Medida / Organismo Pagador (IFAP)
- ✓ Análise da execução financeira do RFE e dos fluxos financeiros entre a UE e Portugal
- ✓ Análise dos controlos administrativos, "in loco" (IFAP) e "ex post" (IGAMAOT) realizados
- ✓ Avaliação da legalidade e regularidade dos pedidos de ajuda e respetivos pagamentos efetuada com base numa amostra e análise da gestão de devedores
- ✓ Análise dos procedimentos adotados na monitorização e avaliação do RFE, bem como reporte à Comissão Europeia
- ✓ Verificação da aplicação do PGRIC do organismo pagador



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas de Portugal em 2015, no âmbito dos recursos financeiros da União Europeia

Fluxos Financeiros com a União Europeia

Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2014

Objetivo geral

Apreciação dos fluxos financeiros com a União Europeia, bem como do grau de observância dos compromissos com ela assumidos

Entidades auditadas/contactadas

Direção-Geral do Orçamento

Agência para a Gestão da Tesouraria e do Crédito Público

Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

Beneficiários



www.tcontas.pt



www.eca.europa.eu

Colaboração do Tribunal de Contas de Portugal no Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu

Relatório Anual do TCE

Capítulo 3 - Orçamento da UE: obter resultados

Entre janeiro e maio/junho de 2016 foi desenvolvido um estudo comparado do documento Europa 2020, do Programa-Quadro Europeu Horizonte 2020 e dos documentos estratégicos nacionais na área da Investigação, desenvolvimento e inovação, do ponto de vista do modelo de acompanhamento e aferição de resultados obtidos pela ação dos apoios europeus no período de programação 2014-2020

O trabalho conjunto decorreu de acordo com as seguintes fases:

- Elaboração do plano de trabalho pelo TCE
- Partilha com o Tribunal de Contas/sugestões
- Estudo interno / Recolha de informação junto das autoridades nacionais
- Conclusão do estudo nacional
- Partilha dos resultados do estudo nacional com o TCE
- Esclarecimento de dúvidas
- Elaboração do texto final pelo TCE